



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes.

**Inovação em Produtos e Serviços**

No exercício de 2021, como diferencial na comercialização dos produtos, a Bradesco Capitalização continuou realizando promoções em parceria com a empresa Lívolo, onde os clientes que adquiriram o produto na promoção ganharam pontos Lívolo por cada Real em títulos de capitalização. Também relançamos o produto "Clube Max Pontos Bradesco", incluindo, além do pagamento único, o pagamento mensal. O relançamento consistiu nas mudanças: no pagamento único passamos de 4 sorteios para 44 sorteios mensais e no pagamento mensal de 4 sorteios para 92 sorteios mensais. As demais características dos produtos se mantiveram, um produto exclusivo, inovador e com muito mais sorteios, além de possibilitar ao cliente guardar dinheiro e utilizar o valor de resgate ou do sorteio para comprar pontos Lívolo com condições especiais.

Lançamos nos canais digitais (APP Bradesco Celular e *Internet Banking*) o produto de pagamento mensal de R\$ 10,00, atendendo todos os perfis de clientes, auxiliando-os com o hábito de guardar dinheiro e concorrer a sorteios, contribuindo com a educação financeira. Em nove meses de lançamento do produto, tivemos uma alta aceitação dos nossos clientes que adquiriram o produto de forma 100% digital.

Alinhado com os princípios de sustentabilidade e a busca da desmaterialização de serviços, desenvolvemos a venda de títulos de capitalização através do celular corporativo dos gerentes comerciais da rede de agências, com o aceite digital no APP Bradesco Celular, APP Net Empresa, *Internet Banking* e no Net Empresa pelo cliente, pensando em sua comodidade e segurança. Estas melhorias estão alinhadas à mobilidade, contribuem para a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes, além da economia de recursos físicos e financeiros. Seguindo com esses princípios, no primeiro semestre de 2021, disponibilizamos para nossos clientes pessoas físicas o resgate dos títulos através do APP Bradesco Celular. Com essa última entrega, estamos em linha com a digitalização dos processos de aquisição e resgate, podendo ser realizados 100% digital.

**Desempenho das Operações de Capitalização**

No exercício de 2021, a Bradesco Capitalização manteve o fortalecimento de sua participação no mercado, mantendo a liderança de faturamento com *share* de 22,6% nos dados divulgados pela SUSEP, base dezembro de 2021. A arrecadação atingiu o montante de R\$ 5,493 bilhões (R\$ 5,257 bilhões no exercício de 2020), crescimento de 4,49%. Isto se deu devido à retomada da economia, a facilidade na aquisição do produto pelos nossos clientes por meio de aceite digital no APP Bradesco Celular, APP Net Empresa, *Internet Banking* e pelo Net Empresa. As provisões técnicas atingiram R\$ 8,401 bilhões, mantendo a Bradesco Capitalização líder em provisões técnicas no mercado de Capitalização com *share* de 25,3%. Foram sorteados R\$ 72,6 milhões em prêmios aos clientes no período.

Com isso, baseada por uma política de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e à oferta de produtos, a Bradesco Capitalização encerrou o exercício de 2021 com 2,7 milhões de clientes e uma carteira de 21 milhões de títulos ativos.

Visando aumentar a qualidade no atendimento dos clientes, foram realizados trabalhos em conjunto com a Ouvidoria do Grupo Bradesco Seguros, com foco nos processos e na melhoria da experiência do cliente e pesquisa digital de satisfação das jornadas de aquisição e resgate dos títulos de capitalização.

**Resultado do Exercício**

A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2021, Lucro Líquido de R\$ 510,273 milhões (R\$ 396,021 milhões no exercício de 2020), crescimento de 28,85% em relação ao montante auferido no mesmo período do ano anterior, representando uma rentabilidade de 66,44% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

**Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos**

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Capitalização, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

**Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias Valor Justo por meio do Resultado (Negociação) e Disponível para Venda, conforme normas contábeis em vigor.

**Investindo para o Futuro**

Em seus trinta e sete anos de história, a Bradesco Capitalização tem pautado sua atuação com o compromisso de proporcionar aos seus clientes a oferta de Títulos de Capitalização diversificados que atendam suas expectativas. Tudo isso, aliado ao importante papel de contribuir para o desenvolvimento do hábito de guardar dinheiro e concorrer a prêmios.

Alcançar estes objetivos tem sido possível em função dos investimentos constantes em pessoas, sistemas e processos, fazendo a Bradesco Capitalização a maior e uma das mais sólidas Companhias de Capitalização no Brasil. Além disso, tem trabalhado para fortalecer suas estratégias no mercado por meio do desenvolvimento de novos negócios.

No exercício de 2021, continuamos concentrando esforços no desenvolvimento das plataformas sistêmicas com o objetivo de reestruturar e desenvolver melhorias na comercialização e operacionalização dos produtos, com viés na desmaterialização, digitalização e integração com a arquitetura do Banco Bradesco.

**Gestão de Riscos**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultamento de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

A Bradesco Capitalização observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

**Controles Internos**

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*). Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

**Compliance**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Neste sentido, a Área de Compliance atua na captação, divulgação e devido acompanhamento das regulamentações aplicáveis, para assegurar a aderência.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos e controles consistentes, aplicados no devido monitoramento das operações, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

A aplicação dos princípios de conduta, estabelecidos pela Organização Bradesco e pelo Grupo Bradesco Seguros nas relações com os clientes, parceiros, fornecedores e demais partes relacionadas, também faz parte da atuação da Área de Compliance, através do acompanhamento contínuo e ações periódicas para o acultamento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

**Governança de Dados e Segurança da Informação**

Considerando os requerimentos definidos pelos Órgãos Reguladores, a exigência de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o incremento na velocidade de transformação digital que estamos vivenciando, a Bradesco Capitalização reafirma o compromisso com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações organizacionais e de seus clientes, com ênfase especial à privacidade, segurança da informação e governança de dados (pessoais e sensíveis), dentro e fora da Organização. Sendo assim, a Bradesco Capitalização tem acompanhado de forma bastante presente as demandas dos reguladores e as necessidades dos clientes, apoiando-se nas boas práticas de mercado para melhoria da qualidade, transparência e proteção aos dados por meio de processos consistentes e confiáveis, que endereçam os requerimentos legais durante todo o ciclo de tratamento, consumo e expurgo de dados e, com isso, permitem um foco especial à governança de dados e segurança da informação.

**Agradecimentos**

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

Barueri, 22 de fevereiro de 2022.

Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)**

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Disponível		1.387.006	3.064.626	Contas a pagar		319.282	248.903
Caixa e bancos		22.670	228	Obrigações a pagar	10	53.226	56.819
Aplicações	4	1.296.535	2.995.705	Impostos e encargos sociais a recolher		1.293	760
<b>Crédito das operações de capitalização</b>				Encargos trabalhistas		599	506
Crédito das operações de capitalização		18.928	15.137	Impostos e contribuições	11	264.164	190.818
<b>Outros créditos operacionais</b>				<b>Débitos de operações com capitalização</b>			
Outros créditos operacionais		4.045	4.350	Débitos operacionais		1.066	580
<b>Títulos e créditos a receber</b>				<b>Depósitos de terceiros</b>	12	119	521
Créditos tributários e previdenciários	6a	44.789	48.925	<b>Outros débitos</b>			
Outros créditos		7	45	Passivo de arrendamento	14b	523	-
<b>Despesas antecipadas</b>				<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	13	8.400.639	8.570.919
		32	236	Provisão para resgates		8.260.729	8.421.189
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				Provisão para sorteios		61.119	62.452
		8.234.424	6.754.227	Provisão administrativa		78.791	87.278
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>						31.623	145.526
		8.183.210	6.708.667	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações	4	7.884.393	6.674.916	Contas a pagar		290	116.794
Títulos e créditos a receber		296.748	33.751	Outras contas a pagar		290	368
Créditos tributários e previdenciários	6a	261.811	-	Tributos diferidos	6b	-	116.426
Depósitos judiciais e fiscais	14vi	34.901	33.741	<b>Outros débitos</b>			
Outros créditos operacionais		36	10	Provisões judiciais	14v	29.694	28.732
<b>Outros valores e bens</b>	7	2.069	-	Passivo de arrendamento	14b	1.639	-
<b>IMOBILIZADO</b>	8	857	1.131	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	15	868.178	852.404
Bens móveis		405	550	Capital social		417.276	417.276
Outras imobilizações		452	581	Aumento de capital (em aprovação)		250.000	-
<b>INTANGÍVEL</b>	9	50.357	44.429	Reservas de lucros		511.650	180.377
Outros intangíveis		50.357	44.429	Ajustes de avaliação patrimonial		(310.748)	254.751
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.621.430</b>	<b>9.818.853</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.621.430</b>	<b>9.818.853</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>		<b>701.444</b>	<b>626.253</b>
Arrecadação com títulos de capitalização		5.493.340	5.257.125
Variação da provisão para resgate		(4.791.896)	(4.630.872)
<b>Variação das provisões técnicas</b>		<b>6.782</b>	<b>3.040</b>
<b>Resultado com sorteio</b>		<b>(74.477)</b>	<b>(78.439)</b>
<b>Custo de aquisição</b>	19(a)	<b>(16.791)</b>	<b>(35.094)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	19(b)	<b>101.504</b>	<b>104.614</b>
Outras receitas operacionais		115.279	131.544
Outras despesas operacionais		(13.775)	(26.930)
<b>Despesas administrativas</b>	19(c)	<b>(87.307)</b>	<b>(94.394)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	19(d)	<b>(37.194)</b>	<b>(33.977)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	19(e)	<b>262.112</b>	<b>169.145</b>
Receitas financeiras		871.371	796.119
Despesas financeiras		(609.259)	(626.974)
<b>Resultado operacional</b>		<b>856.073</b>	<b>661.148</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>		<b>5.636</b>	<b>(17.549)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>861.709</b>	<b>643.599</b>
<b>Imposto de renda</b>	19(f)	<b>(202.834)</b>	<b>(154.320)</b>
<b>Contribuição social</b>	19(f)	<b>(147.765)</b>	<b>(92.801)</b>
<b>Participações sobre o resultado</b>		<b>(837)</b>	<b>(457)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>510.273</b>	<b>396.021</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>450.659</b>	<b>309.373</b>
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>		<b>1.132,28</b>	<b>1.280,08</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais)

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>510.273</b>	<b>396.021</b>
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Companhia	(942.498)	(30.327)
Efeitos dos impostos	376.999	12.131
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(55.226)</b>	<b>377.825</b>
<b>Atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>(55.226)</b>	<b>377.825</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>417.276</b>	-	<b>83.455</b>	<b>50.901</b>	-	-	<b>824.579</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(18.196)	-	(18.196)
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$ 164,53 por ação)	-	-	-	(50.901)	-	-	(50.901)
Dividendos pagos antecipadamente (R\$ 918,31 por ação)	-	-	-	-	-	(284.099)	(284.099)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 48,49 por ação)	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	396.021	396.021
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	96.922	-	(96.922)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>417.276</b>	-	<b>83.455</b>	<b>96.922</b>	<b>254.751</b>	-	<b>852.404</b>
Aumento de capital	-	250.000	-	-	-	-	250.000
AGE de 29/10/2021	-	250.000	-	-	(565.499)	-	(565.499)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Dividendos antecipados (R\$ 332,85 por ação)	-	-	-	-	-	(29.000)	(29.000)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 64,35 por ação)	-	-	-	-	-	510.273	510.273
Lucro líquido do exercício	-	-	25.514	305.759	-	(331.273)	-
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	402.661	(310.748)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>417.276</b>	<b>250.000</b>	<b>108.969</b>	<b>402.661</b>	<b>(310.748)</b>	-	<b>868.178</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





# Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

### 1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP) a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri - SP, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativas comuns absorvidos seguindo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e pelo Conselho de Administração da Bradseg Participações (controladora da Bradesco Seguros) em 22 de fevereiro de 2022.

### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

#### a. Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP no 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

#### b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

#### c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações e 14 - Provisões judiciais; incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

#### d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais.

#### e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuam a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência estão descritos a seguir:

##### (i) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

##### (ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

##### (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

##### (iv) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

##### Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

##### Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

##### Títulos privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

##### Fundos Imobiliários

Os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

##### Debêntures

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

##### (v) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

##### (vi) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das Operações de Capitalização" e "Títulos e créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

##### (vii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

### f. Outros valores e bens

#### Ativos de direito de uso

Em 22 de setembro de 2020 foi publicada a circular SUSEP 615 que altera a circular 517 de 30 de julho de 2015, aprovando as disposições do CPC 06 (R2) efetuando principalmente definições de contas específicas para registros das operações de Arrendamento Mercantil com entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Para as operações de arrendamento mercantil a Companhia avalia a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia como arrendatária em contratos de imóveis possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

A taxa incremental aplicada pela Companhia leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas, os impactos da adoção inicial estão na nota explicativa 7.

#### g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

#### h. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

#### i. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

#### j. Provisões técnicas

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das cotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A Provisão para Resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular;

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cada título ativo e deverá ser calculada para os sorteios custeados e não ocorridos, de acordo com os parâmetros do plano. A metodologia de cálculo consiste na apuração do valor presente esperado dos sorteios futuros descontado o valor presente esperado das parcelas fixas de cota de sorteio;

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação;

A Provisão de Despesa Administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização.

Para o cálculo é realizada a projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos;

A Provisão Complementar de Sorteios (PCS) é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar.

### k. Carregamento dos principais produtos

Processo SUSEP	Carregamento	
	Tipo	2021/2020
15414.901273/2019-05	PU	12,42%
15414.901274/2019-41	PU	12,42%
15414.901282/2019-98	PU	8,90%
15414.900860/2019-79	PU	8,46%
15414.901272/2019-52	PU	8,46%
15414.901354/2019-05	PM	12,81%
15414.901363/2017-26	PM	12,78%
15414.901053/2016-21	PM	10,52%
15414.004839/2008-98	PM	9,81%
15414.901353/2019-52	PM	9,36%

### l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

#### (i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

#### (ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

#### (iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### m. Benefícios a empregados

#### (i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

#### (ii) Obrigações por aposentadorias

##### Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano.

Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

#### (iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

#### (iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

### n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até junho de 2021 a alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 ("MP"), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

### o. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de acordo com as condições gerais do plano.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

#### p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas e ainda não aprovadas pela SUSEP, são como seguem:

##### CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC.

O normativo CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e portanto a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

##### Circular SUSEP Nº648 e Resolução CNSP Nº432, de 12 de novembro de 2021

A Circular SUSEP nº648/2021 e a Resolução CNSP nº 432/2021 revogaram diversas normas dentre elas a Circular SUSEP nº 517/2015 e Resolução CNSP nº321/2015, que dispõem de provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição, crédito, operacional e mercado; patrimônio líquido ajustado; capital mínimo requerido; limite de retenção constituição de banco de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos; critérios para a realização de investimentos; títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas – FIP/SUSEP; Normas Contábeis e auditoria contábil independente, auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA. A administração avaliou os impactos da adoção das normas e não identificou impactos relevantes.

### 3 Gerenciamento de riscos

#### a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

#### Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado à Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao risco de crédito, liquidez, mercado e operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

#### b. Risco de subscrição

O risco de subscrição advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Gerência de Produtos e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas.

#### Principais riscos associados aos Títulos de Capitalização

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa



persistência, por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia, e o risco de um elevado nível de despesas é gerenciado principalmente, pela avaliação da rentabilidade da companhia e pelo monitoramento mensal dos níveis das despesas administrativas.

**Teste de sensibilidade**

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fator de risco elegeram-se a seguinte premissa:

- Taxa de juros do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros indexada pelo IPCA em virtude de constituição da Provisão de Despesas Administrativas (PDA).

**Resultados do teste de sensibilidade**

Os quadros abaixo apresentam o resultado caso houvesse redução em 1 ponto percentual na taxa de juros indexada pelo IPCA nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

	R\$ mil 2021	
	Bruto de impostos	Líquido de impostos
Efeitos na Provisão para Despesa Administrativa (PDA).....	(595)	(312)
	R\$ mil 2020	
	Bruto de impostos	Líquido de impostos
Efeitos na Provisão para Despesa Administrativa (PDA).....	(733)	(420)

**Limitações das análises de sensibilidade**

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

**c. Risco de crédito**

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

**Gerenciamento do risco de crédito**

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

	2021					
Ativos financeiros - Rating	AAA(*)	AA	BBB	BB	B	Sem rating
<b>Valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>1.146.789</b>	<b>2.570</b>	<b>1.385</b>	<b>59.756</b>	<b>62.603</b>	<b>21.974</b>
Título de renda fixa público.....	1.045.628	-	-	-	-	-
Título de renda fixa privado.....	101.161	2.570	1.385	59.756	62.603	21.974
<b>Disponíveis para a venda</b> .....	<b>7.877.850</b>	-	<b>6.543</b>	-	-	<b>1.458</b>
Título de renda fixa público.....	7.877.850	-	-	-	-	-
Título de renda fixa privado.....	-	-	6.543	-	-	1.458

(\*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**d. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

**Exposição ao risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobertura de altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido.....	28.872	311.638
Fluxo de 0 a 3 meses.....	1.585.511	1.900.557
Fluxo de 3 a 12 meses.....	270.048	4.275.143
Fluxo de 12 a 60 meses.....	7.845.274	2.668.300
Fluxo acima de 60 meses.....	1.820.761	93
<b>Total</b> .....	<b>11.550.466</b>	<b>9.155.731</b>

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, crédito das operações de capitalização. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do subscritor, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

**Gerenciamento do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**e. Risco de mercado**

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

**Gerenciamento do risco de mercado**

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

**Definição de limites**

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

**Modelos de mensuração do risco de mercado**

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuam maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

**Análise de sensibilidade de risco de mercado**

	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
<b>Fator de risco</b>		
Taxa Prefixada de 1 ano.....		11,81%
Cupom de IPCA de 1 ano.....		5,67%
Cupom de TR de 1 ano.....		8,25%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Fatores de riscos			
	Taxa de Juros em reais	Índices de preços	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro/2021.....	(385)	(302)	(687)	(510)
Impacto sobre as exposições sujeitas à.....	Variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Variação da taxa dos cupons de índices de preços		

**f. Risco operacional**

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
  - Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
  - Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
  - Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
  - Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
  - Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
  - Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e;
  - Padrões éticos.
- Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.
- Procedimentos de controle e monitoramento contínuo**
- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e;
  - Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

**g. Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

**4 Aplicações**

**a. Resumo da classificação das aplicações**

	2021	%	2020	%
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>1.295.077</b>	<b>14,11</b>	<b>1.010.069</b>	<b>10,44</b>
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento.....	1.295.077	14,11	1.010.069	10,44
<b>Títulos disponíveis para venda</b> .....	<b>7.885.851</b>	<b>85,89</b>	<b>8.660.552</b>	<b>89,56</b>
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional.....	6.666.080	72,61	5.927.196	61,29
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional.....	1.211.770	13,20	2.725.333	28,18
Títulos de renda fixa - Debêntures.....	6.543	0,07	6.197	0,07
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários.....	1.458	0,01	1.826	0,02
<b>Total das aplicações financeiras</b> .....	<b>9.180.928</b>	<b>100,00</b>	<b>9.670.621</b>	<b>100,00</b>

**b. Composição das aplicações por prazo e por título**

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2021				
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>89.285</b>	<b>188.064</b>	<b>92.352</b>	<b>925.376</b>	<b>1.295.077</b>
Letras financeiras do tesouro.....	-	160.780	86.349	764.119	1.011.248
Letras financeiras de emissores privados.....	-	27.284	2.966	47.151	77.401
Debêntures.....	-	-	3.037	61.993	65.030
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*).....	58.752	-	-	-	58.752
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	34.380	34.380
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*).....	23.721	-	-	-	23.721
Certificados de recebíveis imobiliários.....	-	-	-	17.733	17.733
Cotas de fundos de investimento.....	6.812	-	-	-	6.812
<b>Títulos disponíveis para venda</b> .....	<b>1.458</b>	-	-	<b>7.884.393</b>	<b>7.885.851</b>
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	6.666.080	6.666.080
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	1.211.770	1.211.770
Debêntures.....	-	-	-	6.543	6.543
Fundos de investimentos imobiliários.....	1.458	-	-	-	1.458
<b>Total das aplicações financeiras</b> .....	<b>90.743</b>	<b>188.064</b>	<b>92.352</b>	<b>8.809.769</b>	<b>9.180.928</b>

	2020				
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>41.539</b>	<b>19.960</b>	<b>589.409</b>	<b>359.161</b>	<b>1.010.069</b>
Letras financeiras do tesouro.....	-	6.531	581.886	186.926	775.343
Letras financeiras de emissores privados.....	-	13.429	7.523	59.831	80.783
Certificados de recebíveis imobiliários.....	-	-	-	32.645	32.645
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*).....	2	-	-	-	2
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	33.753	33.753
Debêntures.....	-	-	-	46.006	46.006
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*).....	41.537	-	-	-	41.537
<b>Títulos disponíveis para venda</b> .....	<b>226.744</b>	<b>-</b>	<b>1.758.892</b>	<b>6.674.916</b>	<b>8.660.552</b>
Notas do tesouro nacional.....	224.918	-	-	5.702.278	5.927.196
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	1.758.892	1.758.892
Debêntures.....	-	-	-	6.197	6.197
Fundos de investimentos imobiliários.....	1.826	-	-	-	1.826
<b>Total das aplicações financeiras</b> .....	<b>268.283</b>	<b>19.960</b>	<b>2.348.301</b>	<b>7.034.077</b>	<b>9.670.621</b>

(\*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

**c. Cobertura das provisões técnicas**

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2021	2020
<b>Total das provisões técnicas</b> .....	<b>8.400.639</b>	<b>8.570.919</b>
<b>Total a ser coberto (A)</b> .....	<b>8.400.639</b>	<b>8.570.919</b>
Títulos de renda fixa públicos.....	7.877.850	8.652.529
Quotas de fundos de investimentos.....	1.206.730	785.435
<b>Total dado em cobertura (B)</b> .....	<b>9.084.580</b>	<b>9.437.964</b>
<b>Suficiência (B) - (A)</b> .....	<b>683.941</b>	<b>867.045</b>

**d. Hierarquia do valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2021			2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>1.052.440</b>	<b>242.637</b>	<b>1.295.077</b>	<b>809.096</b>	<b>200.973</b>	<b>1.010.069</b>
Letras financeiras do tesouro.....	1.011.248	-	1.011.248	775.343	-	775.343
Letras financeiras de emissores privados.....	-	77.401	77.401	-	80.783	80.783
Debêntures.....	-	65.030	65.030	-	46.006	46.006
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*).....	-	58.752	58.752	-	2	2
Notas do Tesouro Nacional.....	34.380	-	34.380	33.753	-	33.753
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*).....	-	23.721	23.721	-	-	-
Certificados de recebíveis imobiliários.....	-	17.733	17.733	-	32.645	32.645
Cotas de Fundos de Investimento.....	6.812	-	6.812	-	-	-
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*).....	-	-	-	-	41.537	41.537
<b>Disponíveis para venda</b> .....	<b>7.879.308</b>	<b>6.543</b>	<b>7.885.851</b>	<b>8.654.355</b>	<b>6.197</b>	<b>8.660.552</b>
Notas do tesouro nacional.....	6.666.080	-	6.666.080	5.927.196</		



(\*) Para efeitos de classificação nas faixas de vencimentos dos derivativos, tanto para o *notional* quanto para os ajustes, é considerado a data de vencimento dos contratos.

**b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por valor de referência**

	2021		2020	
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Contratos futuros	881	32.824	881	32.824
<b>Total</b>	<b>881</b>	<b>32.824</b>	<b>881</b>	<b>32.824</b>

  

	2020		2021	
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Contratos futuros	-	30.623	-	30.623
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>30.623</b>	<b>-</b>	<b>30.623</b>

**Crédito das operações de capitalização**

	2021	2020
Crédito com operações – instituições parceiras:		
Títulos de capitalização – pagamento único	2.846	1.109
Títulos de capitalização – pagamento mensal	16.082	14.028
<b>Total</b>	<b>18.928</b>	<b>15.137</b>

**6 Ativos e passivos fiscais**

**a. Créditos tributários e previdenciários**

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos a compensar	44.789	-	44.789	48.925	-	48.925
Créditos tributários diferidos (c-1)	-	271.049	271.049	-	62.410	62.410
Créditos tributários diferidos (c-1)	-	(9.238)	(9.238)	-	(178.836)	178.836
<b>Total</b>	<b>44.789</b>	<b>261.811</b>	<b>306.600</b>	<b>48.925</b>	<b>(116.426)</b>	<b>67.501</b>

  

	2021		2020	
	Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
Créditos tributários diferidos (c-1)	-	-	-	(62.410)
Créditos tributários diferidos (c-1)	-	-	-	178.836
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>116.426</b>

**c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

**(i) Créditos tributários diferidos**

	Saldo em 2020		Constituição	Realização	Saldo em 2021	
	em 2020	em 2020			em 2021	em 2021
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>						
Provisões para contingências fiscais	33.317	309	-	-	33.626	-
Provisões para contingências cíveis	288	320	(210)	-	398	-
Provisões para contingências trabalhistas	716	83	-	-	799	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	12.591	-	-	-	12.591	-
Outros	15.498	1.009	(37)	-	16.470	-
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>62.410</b>	<b>1.721</b>	<b>(247)</b>	<b>-</b>	<b>63.884</b>	<b>-</b>
Ajuste a valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	-	308.588	(101.423)	-	207.165	-
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>62.410</b>	<b>310.309</b>	<b>(101.670)</b>	<b>-</b>	<b>271.049</b>	<b>-</b>

  

	Saldo em 2019		Constituição	Realização	Saldo em 2020	
	em 2019	em 2019			em 2020	em 2020
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>						
Provisões para contingências fiscais	34.295	114	(1.092)	-	33.317	-
Provisões para contingências cíveis	182	480	(374)	-	288	-
Provisões para contingências trabalhistas	684	32	-	-	716	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	7.627	4.964	-	-	12.591	-
Outros	655	15.006	(163)	-	15.498	-
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>43.443</b>	<b>20.596</b>	<b>(1.629)</b>	<b>-</b>	<b>62.410</b>	<b>-</b>

**(ii) Obrigações fiscais diferidas**

	Saldo em 2020		Constituição	Realização	Saldo em 2021	
	em 2020	em 2020			em 2021	em 2021
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	169.832	51.318	(221.150)	-	-	-
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	9.004	238	(4)	-	9.238	-
<b>Total</b>	<b>178.836</b>	<b>51.556</b>	<b>(221.154)</b>	<b>-</b>	<b>9.238</b>	<b>-</b>

  

	Saldo em 2019		Constituição	Realização	Saldo em 2020	
	em 2019	em 2019			em 2020	em 2020
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	181.963	162.395	(174.526)	-	169.832	-
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	9.010	465	(471)	-	9.004	-
<b>Total</b>	<b>190.973</b>	<b>162.860</b>	<b>(174.997)</b>	<b>-</b>	<b>178.836</b>	<b>-</b>

**d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
2022	10.445	6.262	16.707	
2023	673	398	1.071	
2024	595	352	947	
2025	561	331	892	
2026	8.398	5.022	13.420	
2027 a 2029	1.408	831	2.239	
2030 e 2031	18.001	10.607	28.608	
<b>Total</b>	<b>40.081</b>	<b>23.803</b>	<b>63.884</b>	

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 55.066 (R\$ 58.686 em 31 de dezembro de 2020) referente a diferenças temporárias.

**7 Outros valores e bens**

**Ativo de direito de uso**

	Adoção Inicial 31/01/2021	Entradas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imóveis	2.597	40	(568)	2.069
<b>Total</b>	<b>2.597</b>	<b>40</b>	<b>(568)</b>	<b>2.069</b>

**8 Imobilizado**

	Saldo em 2020	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2021
Bens móveis	550	15	(160)	405
Outras imobilizações	581	-	(129)	452
<b>Total</b>	<b>1.131</b>	<b>15</b>	<b>(289)</b>	<b>857</b>

	Saldo em 2019	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2020
Bens móveis	533	169	(152)	550
Outras imobilizações	710	-	(129)	581
<b>Total</b>	<b>1.243</b>	<b>169</b>	<b>(281)</b>	<b>1.131</b>

**9 Intangível**

	Saldo em 2020	Aquisição/(Baixa) (*)	Amortização	Saldo em 2021
Sistema de computação	44.429	17.009	(11.081)	50.357
<b>Total</b>	<b>44.429</b>	<b>17.009</b>	<b>(11.081)</b>	<b>50.357</b>

	Saldo em 2019	Aquisição/(Baixa) (*)	Amortização	Saldo em 2020
Sistema de computação	52.882	2.903	(11.356)	44.429
<b>Total</b>	<b>52.882</b>	<b>2.903</b>	<b>(11.356)</b>	<b>44.429</b>

(\*) Em continuidade ao aperfeiçoamento e configuração dos ativos considerados intangíveis, utilizando-se do processo de gestão orçamentária e de portfólio de projetos, denominado Otimize, a Companhia realizou reavaliação na qual concluiu que determinados ativos não resultariam mais em benefícios econômicos futuros para a Companhia, sendo assim, foi efetuado a baixa no montante R\$ 17.090 em contrapartida à rubrica ganhos e perdas com ativos não correntes no resultado do exercício de 2020.

**10 Obrigações a pagar**

	2021	2020
Partes Relacionadas	5.752	8.187
Fornecedores	4.368	4.168
Participação nos lucros a pagar	659	439
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	603	484
Renovações a regularizar	547	3.276
Outras obrigações	41.297	40.265
<b>Total</b>	<b>53.226</b>	<b>56.819</b>

**11 Impostos e contribuições**

	2021	2020
Imposto de renda	144.487	111.913
Contribuição social	117.029	76.787
COFINS	2.278	1.822
PIS	370	296
<b>Total</b>	<b>264.164</b>	<b>190.818</b>

**12 Depósito de terceiros**

	2021		2020	
	Até 30 dias	31 a 180 dias	Até 30 dias	31 a 180 dias
Valores a reclassificar – Capitalização	81	38	81	119
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>38</b>	<b>81</b>	<b>119</b>

	2020				
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valores a reclassificar – Capitalização	358	86	2	75	521
<b>Total</b>	<b>358</b>	<b>86</b>	<b>2</b>	<b>75</b>	<b>521</b>

**13 Provisões técnicas**

**a. Composição**

	2021	2020
Provisão matemática para capitalização	7.156.662	7.430.425
Provisão para resgates	1.104.067	990.764
Provisão para sorteios a realizar	37.633	35.431
Provisão para sorteios a pagar	21.781	27.021
Provisão complementar de sorteio	1.705	-
Provisão para despesas administrativas	78.791	87.278
<b>Total</b>	<b>8.400.639</b>	<b>8.570.919</b>

**b. Movimentação das provisões técnicas**

	2021	2020
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>8.570.919</b>	<b>8.837.771</b>
(+) Constituições (resgates e sorteios)	4.859.591	4.706.270
(-) Resgates/sorteios pagos	(5.459.099)	(5.402.959)
(-) Baixa de títulos prescritos	(60.204)	(62.551)
(-) Penalidade sobre resgate antecipado	(54.158)	(68.238)
(+) Atualização monetária e juros	543.590	560.626
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>8.400.639</b>	<b>8.570.919</b>

**14 Outros Débitos**

**a. Provisões Judiciais**

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

**(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

- A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais discussões referem-se à:
  - Dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R\$10.036 (R\$9.912 em dezembro de 2020), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.
  - Questiona-se a Lei nº 8.200 (Imposto de Renda) com discussão da limitação de correção monetária de balanço trazida

pela Lei nº 8.200. Valor provisionado no montante de R\$5.665 (R\$ 5.478 em 31 de dezembro de 2020) e depósito judicial no valor de R\$4.535 (R\$ 4.386 em 31 de dezembro de 2020), classificado como perda provável.

Questionamento da CSLL exigida das companhias seguradoras, cujo período de discussão compreende maio/96 a janeiro/99, por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, em desrespeito ao princípio constitucional da isonomia, com provisão no valor R\$7.923 (R\$7.773 em 31 de dezembro de 2020).

**(ii) Processos trabalhistas**

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "Horas extra". As horas extraordinárias realizadas, são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não têm, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

**(iii) Passivos contingentes**

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$8.874 (R\$8.653 em 31 de dezembro de 2020), para os processos cíveis e R\$198.074 (R\$159.230 em 31 de dezembro de 2020), para os processos fiscais. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS, da Kirton Capitalização incorporada em maio de 2018 no montante de R\$192.403 (R\$157.356 em 31 de dezembro de 2020).

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de fato faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem à autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e têm curso na esfera judicial e administrativa federal. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

**(iv) Processos cíveis**

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devoluções, alcance de coberturas dos títulos e valores de sorteios/indenizações.

As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% a.m.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses, após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

**(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>26.215</b>	<b>1.798</b>	<b>719</b>	<b>28.732</b>
Constituição líquida de reversões	-	-	689	689
Pagamentos	-	(26)	(525)	(551)
Atualização monetária	487	225	112	824
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26.702</b>	<b>1.997</b>	<b>995</b>	<b>29.694</b>

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>30.854</b>	<b>1.717</b>	<b>454</b>	<b>33.025</b>
Constituição líquida de reversões	(4.920)	-	1.144	(3.776)
Pagamentos	-	(133)	(934)	(1.067)
Atualização monetária	281	214	55	550
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>26.215</b>	<b>1.798</b>	<b>719</b>	<b>28.732</b>

**(vi) Depósitos**



<b>b. Outros</b>		
A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal-chave da administração.		
<b>19 Detalhamento das contas de resultado</b>		
<b>a. Custo de aquisição</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas de custeamento de venda.....	(16.093)	(34.568)
Despesas de corretagem.....	(141)	(384)
Outros custos de Aquisição.....	(557)	(142)
<b>Total.....</b>	<b>(16.791)</b>	<b>(35.094)</b>
<b>b. Outras receitas e despesas operacionais</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita com resgate antecipado.....	54.158	68.238
Receita com baixa de títulos prescritos.....	60.204	62.551
Constituição/reversão de provisão para contingências cíveis.....	(164)	(209)
Outras receitas e despesas operacionais.....	(12.694)	(25.966)
<b>Total.....</b>	<b>101.504</b>	<b>104.614</b>
<b>c. Despesas administrativas</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas com pessoal próprio.....	(19.897)	(21.354)
Ordenados.....	(12.087)	(12.547)
INSS/FGTS.....	(4.600)	(4.756)
Planos de previdência privada (nota 18).....	(402)	(171)
Honorários da Administração.....	(24)	(42)
Outras.....	(2.784)	(3.838)
Despesas com localização e funcionamento.....	(32.605)	(30.920)
Despesas com serviços de terceiros.....	(18.412)	(29.140)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(10.376)	(9.243)
Despesas com donativos e contribuições.....	(5.486)	(2.892)
Despesas administrativas diversas.....	(531)	(845)
<b>Total.....</b>	<b>(87.307)</b>	<b>(94.394)</b>
<b>d. Despesas com tributos</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas com COFINS.....	(29.961)	(27.296)
Despesas com PIS.....	(4.869)	(4.410)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(1.974)	(1.882)
Impostos federais/estaduais/municipais.....	(390)	(389)
<b>Total.....</b>	<b>(37.194)</b>	<b>(33.977)</b>

<b>e. Resultado financeiro</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa.....	869.507	790.862
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	603	1.165
Atualização monetária de créditos tributários.....	1.247	1.321
Outras receitas financeiras.....	14	2.771
<b>Subtotal.....</b>	<b>871.371</b>	<b>796.119</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização monetária das provisões técnicas.....	(543.590)	(560.626)
Despesas com títulos de renda fixa.....	(63.253)	(52.835)
Impairment de fundos de investimentos.....	-	(12.410)
Atualização monetária de provisões judiciais.....	(824)	(295)
Tributação sobre operações financeiras.....	(661)	(108)
Outras despesas financeiras.....	(931)	(700)
<b>Subtotal.....</b>	<b>(609.259)</b>	<b>(626.974)</b>
<b>Total.....</b>	<b>262.112</b>	<b>169.145</b>
<b>f. Despesas de imposto de renda e contribuição social</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Impostos diferidos</b>		
Realização/Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	1.236	18.973
<b>Subtotal.....</b>	<b>1.236</b>	<b>18.973</b>
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(351.835)	(266.094)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício.....</b>	<b>(350.599)</b>	<b>(247.121)</b>
<b>20 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações.....</b>	<b>861.709</b>	<b>643.599</b>
(-) JCP.....	(29.000)	(15.000)
<b>Resultado ajustado.....</b>	<b>832.709</b>	<b>628.599</b>
Adições.....	9.770	55.449
Exclusões.....	(49.180)	(4.372)
<b>Lucro tributável.....</b>	<b>793.299</b>	<b>679.676</b>
Tributos corrente.....	(356.984)	(271.687)
Tributos diferidos.....	1.236	18.973
PAT.....	43	95
Incentivos fiscais.....	5.106	2.541
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos.....	-	2.957
<b>Total tributos.....</b>	<b>(350.599)</b>	<b>(247.121)</b>
<b>Alíquota efetiva.....</b>	<b>42,10%</b>	<b>39,31%</b>
<b>21 Outras informações</b>		
<b>a. Relatório do Comitê de Auditoria</b>		
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis da Bradesco Seguros S.A. (controladora) em 25 de fevereiro de 2022, no Jornal Valor Econômico.		

**DIRETORIA**

Jorge Pohlmann Nasser	Diretor-Presidente
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor Gerente
Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor Gerente
Américo Pinto Gomes	Diretor Gerente
Gedson Oliveira Santos	Diretor
Pedro Bosquiero Junior	Diretor
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor
Valdirene Soares Secato	Diretora

Bernardo Ferreira Castello  
Atuário - MIBA nº 1717  
Alberto Barcellos Miranda  
Contador CRC-1RJ-094195/O-2 S SP

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Administradores e Acionistas**

**Bradesco Capitalização S.A.**

**Barueri - SP**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização**

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2(j) e 13 as demonstrações contábeis, a Companhia possui provisão técnica para resgates de títulos de capitalização.

A provisão técnica para resgates é mensurada utilizando metodologia que considera as características definidas nas condições gerais de cada produto, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.

Devido à importância da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização para o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos usuários, além da natureza e relevância quantitativa da rubrica, que representa 87% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2021, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Abaixo estão relacionados os principais procedimentos que realizamos para tratar esse principal assunto de auditoria:

Avaliámos, com o suporte de especialistas em tecnologia da informação, o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à provisão técnica para resgates de títulos de capitalização, que incluiu controles relativos a (1) parametrização do sistema operacional para realização do cálculo da provisão, desde o momento da sua constituição, incluindo o cálculo dos juros e atualização monetária; (2) processamento automático dos pagamentos de resgates pelo sistema financeiro; e (3) integridade e exatidão das informações transferidas entre os sistemas operacional, financeiro e contábil.

Os nossos procedimentos de auditoria também incluíram:

(i) teste de recálculo da provisão técnica para resgates por meio de aplicação das quotas de capitalização estabelecidas nas condições gerais de cada produto sobre as arrecadações do período, bem como da respectiva atualização monetária e juros; (ii) análise da receita de arrecadação reconhecida no período, base para a constituição da provisão técnica para resgates, em comparação aos montantes apresentados nos extratos bancários; e (3) verificação, com base em amostragem, da existência e exatidão dos resgates pagos mediante confronto com as informações contidas na respectiva documentação suporte e comprovantes de liquidação financeira.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão técnica para resgates, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação**

O ambiente de tecnologia da Companhia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e manuais nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Companhia fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência da Companhia de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

**Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo.

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis;
- Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Aos Acionistas e Administradores da**

**Bradesco Capitalização S.A.**

**Barueri - SP**

**CNPJ: 33.010.851/0001-74**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Bradesco Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliámos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliámos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

**KPMG** KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC SP014428/O-6

Claúdio Rogélio Sertório  
Contador CRC 15P212059/O-0



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57  
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco  
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP  
Corporate Tower Torre Norte, andar 6, conj 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo